

TERCEIRA PARTE

TURISMO E TERRITÓRIO



ADYR BALASTRERI RODRIGUES*

TURISMO E TERRITORIALIDADES PLURAIS – LÓGICAS EXCLUDENTES OU SOLIDARIEDADE ORGANIZACIONAL

Na medida em que, no mercado chamado global, cada empresa busca satisfazer-se nos lugares onde as respostas aos seus reclamos é mais adequada, tal demanda é errática e o território passa a ter, nas áreas atingidas por esse tipo de relações, uma dinâmica praticamente imprevisível no próprio lugar em que se exerce e que é também alienada, já que não precisa ter correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. Novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções ao seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial (Milton Santos, 2001: 254).

Focalizando o turismo na escala planetária, é consensual considerá-lo como um dos elementos fundamentais da globalização, estando subordinado aos atores hegemônicos que capitaneiam a economia global, assumindo como tal um cariz importante no modelo de acumulação capitalista contemporâneo.

Assim, o turismo só pode ser entendido à luz de matrizes conceituais-metodológicas que iluminam o contexto social da modernidade, particularmente a partir do fordismo, o qual impôs um pacto social baseado na redistribuição do excedente material da produção e na distin-

* Professora Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

ção bipolar do espaço-tempo, nomeada como esfera de trabalho e esfera do ócio. Essa dualidade dilui-se no pós-fordismo nos países centrais do capitalismo, mas não desaparece por completo, embora se considere a flexibilidade da produção e dos calendários operativos. Tais ambigüidades dificultam as análises que procuram apreender as dinâmicas dos espaços de lazer, tanto no campo como na cidade, assim como as novas territorialidades produzidas pelo turismo.

Alguns autores (Molina, 2003; Marchena Gomez, s/d.) quando se referem a uma fase pós-fordista do lazer e do turismo, balizam-na a partir dos anos 1980, na qual, entre outras características, observa-se uma maior flexibilidade da oferta como novo paradigma na estrutura produtiva que permite, graças ao manejo da informação, à gestão integrada em um processo contínuo de vários produtos turísticos intermediários, ofertar produtos finais mais elásticos. Apesar da adoção de estratégias para a desmassificação do mercado –para o atendimento a nichos subordinados a interesses vários, correspondentes a demandas cada vez mais exigentes–, ainda é o lazer alienado (veja-se o frenético mundo dos parques temáticos) e os pacotes estandardizados que predominam. Enquanto um dos importantes segmentos da economia de mercado, o turismo vincula-se aos sistemas produtivos globais, dominados por macroatores, sob uma lógica organizacional reticular, cada vez mais competitiva e tecnicada.

A evolução do turismo para formas alternativas ao modelo de turismo maciço, ancorado basicamente no segmento “sol e praia”, sobre o qual se estruturou o mercado fordista de viagens estandardizadas e rígidas, requer repensar as escalas de análise, em que o local assume importância crescente, não somente enquanto cenário para novas práticas, mas reconhecidamente como o único recorte territorial que pode conjugar os interesses dos vários segmentos envolvidos no turismo, a fim de se contrapor à lógica do mercado hegemônico globalizado, sem que isto signifique completo isolamento, não só considerado quase impossível, como contraproducente na atual conjuntura econômica. Como observa Mantero “considera-se necessário consignar que o processo de desenvolvimento local não pode desconhecer o risco de descontextualizar-se das lógicas macroeconômicas do país e de sua limitada capacidade de compen-sar políticas macroeconômicas divergentes” (Mantero, 2004: 25).

As diferenças entre um turismo do tipo fordista para um novo turismo, seja ele pós-fordista ou pós-turismo, como sugere Molina (2003), parece que são mais freqüentes na teoria do que na empiria. Um dos aspectos problemáticos de muitas análises que insistem em periodizações rígidas reside em leituras sob uma perspectiva longitudinal, em que é assumida uma ruptura cronológica clara entre o fordismo e o pós-fordismo. Sem dúvida, a emergência dos processos de produção flexível não se produz com a mesma rapidez com a qual aparece na literatura

–veja-se, por exemplo, a produção industrial da China contemporânea. Pode ocorrer também num mesmo espaço uma mescla entre temporalidades distintas, revelando inércias precedentes, portanto, uma complexa dialética entre resistência e transformação.

Dentre as novas tendências que caracterizam o turismo contemporâneo observa-se a descentralização da gestão; a adoção de um leque de estratégias de cooperação, alianças e parcerias nas destinações para suprir bens e serviços que estariam a cargo de pequenas e médias empresas; a desvinculação em relação aos fatores naturais condicionantes através da criação de ambientes artificiais e simulacros; o maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais; a adoção de códigos de certificação, de ética e da criação de incentivos à fidelização, com acompanhamento pós-viagem, só para citar algumas.

UMA PRÁTICA SOCIAL MARCADA PELO HIBRIDISMO TERRITORIAL

Uma das características da prática turística que interessa a estas reflexões, vale a pena insistir, é o grande dinamismo ao qual está subordinada.

Aparecem na literatura especializada vários modelos que procuram ilustrar tal dinamismo, como o de Jean Marie Miossec (1977), de Chadefault (1987), sendo o mais conhecido e divulgado o modelo do ciclo de vida do turismo de Butler (1980). Em que pese as críticas à modelização, observa-se, na prática, que muitos destinos turísticos têm apresentado um crescimento rápido, evoluindo para uma fase de estabilização, seguida por uma retomada em novas bases ou um declínio lento ou rápido, requerendo a aplicação de novas estratégias para sua recuperação. O caso mais clássico é o das Ilhas Baleares, mais especificamente de Mallorca, onde no município de Calviá, no início dos anos 1990, sob forte pressões dos ecologistas e de outros segmentos da sociedade civil organizada, foram adotadas políticas de reabilitação da destinação, como a implosão de alguns grandes hotéis na orla marítima para dar lugar à ampliação de horizontes visuais. Os espaços recuperados ganharam novos projetos paisagísticos para brindar os visitantes com uma imagem mais acolhedora. Esse processo teve o objetivo de combater a massificação da destinação, que conduziu à sua deterioração e obsolescência em virtude dos baixos preços praticados, processo que culminou com uma queda dos fluxos (crise de 1989-1992).

Com a finalidade de competir mais eficazmente no mercado, formatam-se novos produtos que contrariam o caráter maciço e o ritmo dos tempos velozes, oferecendo “cultura” e “tradição” –em tratamento personalizado, caseiro, artesanal, familiar, hospitaleiro, que inclui “co-

mida da avó”, pães artesanais, cerveja e vinho caseiros, casas restauradas, tecidos naturais, ciclismo, antigas vias férreas e trens restaurados, enfim símbolos plenos de apelos nostálgicos que nos remetem ao passado distante, quando o tempo se escoava lentamente, em oposição aos tempos frenéticos e à agitação das grandes metrópoles. Essas características são largamente utilizadas para o marketing do turismo rural e do ecoturismo, modalidades que têm apresentado um crescimento razoável nas duas últimas décadas, sob o rótulo de segmentos alternativos ao modelo dominante, “sol e praia”.

É interessante insistir no tema da polaridade entre as esferas de trabalho e de lazer, tanto na sua dimensão social quanto na territorial, o que dificulta sobremaneira a análise mais precisa da natureza das territorialidades turísticas, uma vez que as práticas são cada vez mais imbricadas.

Em primeiro lugar, para que muitos se divirtam num território turístico, outros tantos estão trabalhando, isso sem considerar que o mesmo sujeito pode estar em atividades de trabalho e praticando o lazer de modo simultâneo, como nas viagens de turismo de negócios ou de congressos e convenções, segmentos que crescem também de maneira expressiva nos dias atuais. Em segundo lugar, as práticas de lazer e de férias, porque incluídas na esfera de consumo, evidenciam também uma dualidade entre produtor e consumidor, entre vendedor e comprador. No mesmo espaço efetua-se a co-presença, por uns, em situação de trabalho, e por outros, em situação de lazer (Gama e Santos, 1991). Os territórios se superpõem subjugados a novas temporalidades, por exemplo, as áreas centrais de algumas metrópoles como Paris, Londres, Nova Iorque, Madri, Barcelona, Roma, Lisboa nos finais de semana dão lugar a outros freqüentadores –de trabalhadores semanais a turistas– que para suporte de suas atividades necessitam igualmente de trabalhadores locais –são territórios duais que assumem temporalidades igualmente híbridas. O mesmo ocorre nos centros comerciais que se tornam movimentados territórios de lazer, acumulando num mesmo espaço usos distintos, substituindo as antigas ruas centrais das grandes cidades, que aglutinavam cinemas, teatros, galerias de arte, cafés bares, restaurantes, etc. Embora ainda persistam em algumas metrópoles, a competição dos centros comerciais com essas ruas é um fato observado em escala mundial, devido, entre outros fatores, ao agravamento da violência urbana. É evidente que os fatos aqui sumariamente apresentados vão ocasionar desdobramentos de grande repercussão, tanto econômicos –os mais estudados– como sociais, culturais, políticos, territoriais, ambientais.

A análise da dimensão social do turismo tem recebido, marcadamente, nos últimos vinte anos, uma crescente atenção dos estudiosos, que basicamente se dividem, de um lado, em estudar o grupo constituído tecnicamente pela chamada demanda –os sujeitos que fazem

turismo– e de outro lado, pela comunidade receptora, os sujeitos que, no território de destino, ao mesmo tempo que dão o suporte para o turismo acontecer, são envolvidos em relações sociais complexas que modificam, de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo. O resultado é que nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades.

A prática dos lazeres e, por extensão, das férias, é evada de valores éticos, tornando-se, como a esfera do trabalho, quase que uma obrigação, por assumir a conotação de elemento de diferenciação social e pseudo-realização pessoal. Paradoxalmente, o lazer e as férias remuneradas, que deveriam representar uma alforria em relação ao trabalho, vão ser logo submetidos à regulação do modelo econômico dominante, assumindo uma marcante similaridade com as relações sociais que caracterizam a esfera da produção, ou seja, a massificação, a padronização, a prática rotineira, a ausência de criatividade, a competitividade, a escravização ao tempo do relógio.

Do outro lado, observa-se uma complexa trama de relações entre os turistas que chegam ávidos de desfrutar ao máximo a sua viagem e a comunidade receptora que também é heterogênea, segmentada e com interesses diferentes, definindo-se distintas territorialidades, como procuraremos analisar.

Propor uma análise sobre o “fazer turismo” deve iniciar com a tentativa de desvelar as representações sociais que povoam o imaginário do turista, de modo a motivá-lo de forma poderosa a perseguir a fantasia de experimentar algo diferente do seu modo de vida cotidiano, para isto investindo principalmente tempo e dinheiro.

Devido à facilidade de mobilidade na transposição de fronteiras culturais, seja por motivos profissionais, seja para mudança de lugar de moradia e mesmo de país, os quadros de vida são cada vez mais multiculturais, exigindo a aceitação e ou a tolerância das diferenças, como observa Carminda Cavaco: “As próprias modalidades profissionais geram novas práticas territoriais e com elas novas raízes, materiais e imateriais, indutoras de retornos ou pelo menos de visitas, tal como, aliás, as correntes emigratórias no chamado turismo étnico ou de saudade” (Cavaco, 2006: 68).

Em princípio, pode-se propor que as viagens de férias se moldam supostamente sobre um fragmento, já que mobilizam um tempo e um espaço distinto do cotidiano, onde se pode dar livre voo à imaginação, dispondo-se a experimentar tudo o que signifique diferença. O caráter duplamente alteritário de tempo e de espaço confere aos deslocamentos turísticos uma textura particular, alimentada pela memória de outras experiências semelhantes e as expectativas do que está por vir, onde tudo estará sendo exacerbado ainda mais por densas campanhas de

marketing e de publicidade que colorem fortemente o cenário paradisíaco à espera do visitante.

Figueiredo Santos (2002), baseando-se na teoria de campos de Bourdieu, faz uma profunda e consistente análise da experiência turística. Bourdieu preconiza a interdependência recíproca entre indivíduos e estruturas sociais, onde o elemento de mediação é o “habitus”. Retornaremos a essa categoria a fim de subsidiar a discussão sobre o desenho de novas territorialidades em função da prática turística. Para Figueiredo Santos, a apreensão da experiência turística transita pelos modos através dos quais certas práticas, bens ou valores, espaço ou tempo, se transfiguram em relação ao cotidiano, ganhando uma aura que se distingue da vida cotidiana, através de artifícios que codificam e decodificam mensagens trabalhadas mentalmente. Para ele, os campos criam necessidades fetichistas que alimentam a ilusão de que a sua satisfação só se pode consumir sob o seu domínio, criando uma fantástica máquina de dependência e manipulação dos indivíduos na prática turística (Figueiredo Santos, 2002). O autor afirma que “a experiência turística, qual desiderato de apropriação simbólica de um mundo reduzido ao estatuto de paisagem, não emerge, nem se edifica apenas na forma de consumo do mundo em objetos, mas como sistema de significados que ele inaugura, no seio da ficcionalização mais geral da experiência” (Figueiredo Santos, 2002: 105).

Do outro lado, nas destinações turísticas, há que desvendar que mecanismos culturais e simbólicos se exercem sobre a população anfitriã, a partir do contato com os visitantes, que permitiria um cosmopolitismo impingido de fora para dentro, que vai produzir conseqüências inenarráveis em nível das representações sociais, pois a viagem e o conhecimento do novo através do outro –exercício de alteridades distintas–, também se dá entre a população local. Poucos estudos têm sido realizados neste sentido, ou seja, de como a presença do turista transforma aquele mundo imaginário no qual ele tanto deseja emergir e experienciar. É claro que estas relações são tanto mais perturbadoras e inescrutáveis, quanto maior for a expressão da população local, ou seja, quanto mais consolidado estiver seu quadro de vida. Em outras palavras, quanto mais fortes forem as territorialidades estabelecidas sobre vínculos identitários historicamente determinados, mais complexos vão ser os embates e ajustes.

Evocamos novamente Bourdieu (1989) nomeadamente a categoria de “habitus”, já aludida, que permite entender a articulação entre o objetivo e o subjetivo, entre interioridade e exterioridade, enfim conduz à reflexão sobre a construção das territorialidades e ao entendimento da articulação entre o local e o global, imprescindível na análise do turismo.

O conceito de “habitus” foi trabalhado e retrabalhado pelo autor em várias das suas obras. Ultrapassando as abordagens deterministas

iniciais, vai conceber o “habitus” como agente social, ou seja, como o sujeito atua, ao mesmo tempo em que sofre a ação do campo social. Para Bordieu, no “habitus” situam-se as disposições duradouras que se formam na prática da vida social e que se apresentam, ao mesmo tempo, como determinações estruturadas, como resultado do processo histórico e das inter-relações entre os sujeitos, e de disposições estruturantes, enquanto polarizadoras das práticas e das representações individuais e coletivas, delineando nos contextos sociais concretos, as possibilidades de pensamento e de ação (*apud* Figueiredo Santos, 2002: 120). Assim, as condições sociais de existência são interiorizadas pelos indivíduos sob a forma de princípios inconscientes de ação e de reflexão, de esquemas de sensibilidade e de entendimento, subordinados as estruturas de subjetividade. Apesar das dificuldades impostas pela sociedade, o indivíduo, ou grupo, pode inovar as condições socioespaciais, assumindo o status de ator, ou seja, tem a capacidade de escolher, criar e modificar seus quadros de vida. Em última análise, o que está em jogo são os pontos de vista que os sujeitos sociais possuem do território, a partir da posição que nele ocupam, e das posições de conservação ou mudanças resultantes dos seus embates.

Estudos empíricos demonstram uma variedade muito grande de contextos do cotidiano impactados pelas práticas turísticas. Apesar de os cenários e os processos serem diferentes, os resultados finais tendem à homogeneidade, quase indiferentes ao entorno e às condições históricas. Há casos, como no projeto Aldeias Históricas de Portugal, em que algumas aldeias se encontravam quase desertas, devido ao grande despovoamento rural que ocorreu, não passando de aldeias fantasmas. O modelo de turismo que se propôs para sua recuperação acabou por imprimir feições novas a essas aldeias, atendendo aos gostos forjados pela demanda que clama pelo bucólico, artesanal, familiar, pastichizado. Em outros casos, a territorialidade turística é criada em reais vazios demográficos, principalmente, nos novos continentes, através de programas de computador dos planejadores e arquitetos como em Cancún, no México, como em Las Leñas, na Argentina, mesmo a futurista Las Vegas, nos Estados Unidos, criada em pleno deserto. Neste caso, a multiterritorialidade vai sendo construída juntamente com a turistificação dos territórios. É muito comum observar-se que as territorialidades são distintas e nem sempre se sobrepõem, como no exemplo de Cancún, onde os turistas não se apercebem dos bairros residenciais, que abrigam a população local e que também resultam de migrações de outras áreas do país, visto que Cancún não passava de uma pequena aldeia de pescadores.

Pearce e Moscardo (2002) apresentaram um interessante estudo teórico entre os efeitos do turismo nas comunidades locais, sugerindo uma análise baseada na teoria das representações sociais,

argumentando que as atitudes provocadas pelo turismo são parte de uma grande representação da forma pela qual os fenômenos sociais importantes são percebidos. As representações sociais são meta-sistemas complexos do conhecimento diário que perscrutam os valores, crenças, atitudes e comportamentos.

Serge Moscovici, um dos teóricos das representações, observa que não há um conceito unitário para definir as representações sociais, uma vez que estas se expressam através de “um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, no curso das comunicações interpessoais. São equivalentes em nossa sociedade aos mitos ou sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podendo ser vistas como uma versão contemporânea do sentido comum” (Moscovici, 1981: 181).

O tema do turismo, sem dúvida, é um tópico interessante para ser focalizado a partir dessa perspectiva, começando pelo questionamento da razão pela qual as comunidades evoluem entre a posição de perplexidade, de adesão, ou de antagonismo ao turismo. A adesão está sempre em função da sua verdadeira inclusão no processo ao vislumbrar reais e potenciais vantagens. Se, entretanto, antevirem perdas, com certeza passarão da adesão à hostilidade. Não raro a hostilidade reside no segmento que anteriormente era constituído por turistas que passaram a residir no local, não tolerando, então, os alardeados incômodos do turismo. A lógica e o conteúdo das representações sociais que são essencialmente dinâmicas envolvem comunicação, discussão e interação social. Através de ações públicas em escala local pode haver uma administração destes conflitos, principalmente no controle de forças do poder econômico monopolizador, a fim de combater possíveis assimetrias, evitando-se, por exemplo, o favorecimento de um determinado grupo em detrimento de outro, mesmo que este seja de origem local.

TURISMO E MULTITERRITORIALIDADE - BUSCANDO A ESSÊNCIA DE TERRITÓRIOS PLURAIS

Nas reflexões anteriores procuramos tecer um pano de fundo para as análises que se seguem e que objetivam mostrar que o território turístico resulta da prática turística, ao mesmo tempo em que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialético de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a multiterritorialidade, cujo marco teórico se apóia basicamente em Haesbaert (2004 e 2005).

Não desconsiderando as diversas dimensões do conceito de território que se compõem pelas perspectivas materialista, naturalista, economicista, jurídico-política, idealista, elegemos a perspectiva integradora como base da reflexão que norteia este ensaio. Desta pers-

pectiva, o território é concreto e abstrato, uma complexa tessitura do material e do ideal.

Yves Barel (1986) insiste na dimensão simbólica do território ao observar que todo território social é um produto do imaginário humano. Assim, territorializar é construir e reconstruir sem cessar o quadro de vida do ator social, tanto materialmente como do ponto de vista das representações. Para a instituição é a sua área de poder e influência; para o indivíduo é uma sutil alquimia entre o pessoal e o coletivo. É oportuno, então, discutir o tema da multiterritorialidade, que significa experimentar vários territórios ao mesmo tempo.

A dinâmica territorial é sempre vida e morte dos territórios, sejam eles contíguos, os chamados territórios-zona, sejam eles espacialmente descontínuos, denominados por Rogério Haesbaert de territórios reticulares (Haesbaert, 2005) produzidos pela estrutura das redes em pontos, arcos e nós, cujos fluxos conduzem bens materiais, energia, pessoas e capitais, assim como bens intangíveis, como idéias e informações.

É no espaço de origem da demanda que se originam os fluxos turísticos, mas é no espaço de destino que se concretiza, produzindo novas territorialidades. Muitas vezes os dois vetores ocorrem no mesmo território, produzindo hibridismo, demarcando fragmentos que se superpõem. Por exemplo, a cidade de São Paulo é o primeiro destino do turismo interno no Brasil e é ao mesmo tempo o principal pólo emissor de demanda para outras partes do país. Esta flexibilidade territorial do mundo contemporâneo, dito pós-moderno, possibilita que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, que alimentam os fluxos internacionais, experienciem uma multiplicidade de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja na sua conexão em rede pelo espaço planetário.

De acordo com Raffestin (1993), os atores sociais ao se apropriarem concreta ou abstratamente de porções do espaço, delimitam territorialidades, mesmo que seja através de representações, o que ocorre no segundo caso. Através da ação de produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço, os homens erigem territórios que se articulam num campo relacional de poder. Assim, as territorialidades que daí resultam expressam a mediação entre os grupos humanos e entre a sociedade e o espaço. Em última análise, rompem com a dicotomia clássica entre sociedade-natureza. Desta perspectiva o território é visto pelo seu papel ativo, como agente de transformação social, assumindo a conotação de ator e não apenas como um receptáculo da ação humana (Santos, e Silveira, 2001).

Esse breve arrazoado teórico nos permite inferir a dimensão ontológica do território.

Um espaço apropriado torna-se um território, expressão de poder, poder não somente do ponto de vista político, no sentido mais con-

creto de fundo dominial, mas expressando também poder no sentido mais simbólico, de apropriação por meio das representações sociais.

O território turístico, em particular, sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade.

Insistimos na importante contribuição de Haesbaert (2004 e 2005) para o entendimento das dinâmicas territoriais, aprofundando a discussão da desterritorialização e da multiterritorialidade ao analisar o processo da construção, desconstrução e reconstrução dos territórios. A este processo denomina territorialização efetivamente múltipla, ou em outras palavras, um entrecruzamento de diferentes territórios (Haesbaert, 2004). O autor argumenta que a desterritorialização é em grande parte relativa e nem sempre revestida apenas de aspectos negativos, porque contém em si a possibilidade de renovação, ou seja, de contrariar a inércia.

APROPRIAÇÃO TERRITORIAL PELO TURISMO SOB LÓGICAS APARENTEMENTE OPOSTAS

A partir das considerações anteriores, pensamos em dois modelos territoriais de turismo, que, em princípio são excludentes por se basearem em lógicas não só distintas, como opostas. Ao primeiro atribuímos o título de “modelo economicista” e ao segundo, “proposta humanista”. Estes dois modelos derivam de observações do processo de implantação do turismo no Brasil, nas duas últimas décadas. Entendemos que o primeiro modelo é um exemplo típico de território descontínuo reticular, de tessitura complexa, de caráter funcional e mercantil, que integra o turismo local-regional ao contexto do mercado global, considerando os fluxos do turismo internacional, capitaneados por macro-atores e submetidos a lógicas verticais, enquanto o segundo expressa o território zona (Haesbaert, 2005), território este visto como abrigo e recurso, prenhe de simbologia, onde predominam as relações de poder local, ditas horizontais.

O turismo como atividade monopolista manifesta-se em países pobres e emergentes não somente na inversão direta de capitais, mas também por benefícios outorgados pelo estado a grandes empresas, as quais, sem investir em infra-estrutura básica, obtêm grandes facilidades para a viabilização dos seus equipamentos, tais como *resorts*, grandes hotéis, parques temáticos, aeroportos, marinas, etc. Esta prática caracteriza o processo de implantação de equipamentos turísticos na América Latina, entre os quais o exemplo de Cancún é um dos mais conhecidos, motivado pela valorização dos atrativos tropicais sob o signo sol e praia, como já sinalizamos no princípio.

No Brasil, este modelo está sendo formatado com grande força na região Nordeste, através do programa denominado PRODETUR-NE, desde o início dos anos 90 (séc. XX), sendo responsável por uma grande transformação na valorização do território, produzindo-se novas territorialidades que se expressam na paisagem através de formas estandarizadas, atribuindo-se ocasionalmente ao Nordeste o *slogan* de “Caribe brasileiro”. O empreendimento Costa do Sauípe, no estado da Bahia, é um dos melhores exemplos da atualidade, recorrendo inclusive à criação de simulacros, como a construção de uma aldeia “tradicional” de pescadores com a sua não menos “tradicional” e “singela” pousada.

Este modelo de implantação, que denominamos também de modelo tecnocrático –hegemônico, está subordinado a um sistema reticular de fluxos, “exigente de fluidez e sequioso de velocidade” como observa Santos (2000: 106), apesar de o autor não estar se referindo especificamente ao turismo, tema que não aprofundou em seus trabalhos. Vincula-se aos sistemas produtivos globais, dominados por macroatores, que produz a valorização seletiva dos lugares, conjugando possibilidades (mundo) com oportunidades (locais). Expressa uma solidariedade do tipo organizacional verticalizada, cujas relações de agregação e cooperação entre os atores produzem uma estrutura em que predominam fatores externos aos espaços de sua incidência, configurando, portanto, territórios descontínuos, unidos por pontos em rede. Trata-se de uma regulação subordinada porque, na sua maior parte, é capitaneada por macroempresas transnacionais. Referindo-se a esta lógica de apropriação do território, Milton Santos e María Laura Silveira observam:

À medida que o território brasileiro se torna fluido, as atividades econômicas se difundem e uma cooperação entre as empresas se impõe, produzindo-se topologias de empresas de geometria variável, que cobrem vastas porções do território, unindo pontos distantes sob uma mesma lógica particularista. Os sistemas de engenharia que permitem esse relacionamento constituem recursos públicos, cujo uso privatista autoriza dizer que um novo processo ganha corpo – o da privatização do território (Santos e Silveira 2001: 291).

Os megaempreendimentos subordinados a esta lógica desenham novas funcionalidades territoriais, desestruturando a organização social local, imprimindo, portanto, novos valores ambientais e socioculturais, desenhando de maneira arbitrária e autoritária novas territorialidades. Visto por outro lado, pode-se argumentar que desencadeiam reações locais, mesmo que em curto prazo, introduzem novas formas de sociabilidade, marcadas pelo hibridismo e pela flexibilidade, o que pode beneficiar antigos territórios ao permitir o rompimento de inércias. Podemos resumir as características desse modelo de apropriação territorial através dos itens elencados a seguir:

- do ponto de vista locacional, está comprometido com a articulação local-global, sendo planejado para a atuação em larga escala, embora no discurso oficial esteja vinculado ao chamado “ desenvolvimento ” regional;
- do ponto de vista econômico, é alimentado basicamente por capitais externos, com contrapartida de capitais nacionais, prometendo geração de emprego e de renda, captação de divisas, voltando-se principalmente para a demanda turística internacional, ofertando incentivos à iniciativa privada, inclusive isenção de tributos, em muitos casos;
- do ponto de vista técnico, resulta de um planejamento imposto em escala federal, baseado na racionalidade e na funcionalidade, necessitando de infra-estrutura pesada a cargo do setor público que tem privilegiado as empresas corporativas outorgando-lhes benefícios de toda sorte, desde incentivos fiscais até a logística a fim de favorecer a viabilidade dos projetos, como implantação de rede de transportes, de rede de energia elétrica, de abastecimento de água, de comunicações, conduzindo à formação de *clusters* a fim de adensar, em escala reduzida, os recursos financeiros, técnicos e organizacionais, objetivando a reprodução ampliada do capital investido. Em última análise, essa lógica causa um grande ônus social às comunidades locais, tanto de forma indireta, como má alocação de recursos no estabelecimento de prioridades que não contemplam os habitantes locais e, de forma direta, como por exemplo, aumento de IPTU (imposto predial territorial urbano) nos municípios turísticos para custear equipamentos, nem sempre necessários aos residentes;
- do ponto de vista ambiental, promete a sustentabilidade em suas diversas dimensões, em particular na esfera ecológica, que via de regra é desconsiderada, como por exemplo através de construção de equipamentos sobre geossistemas litorâneos frágeis, tais como sistemas dunares e manguezais, que são aterrados para dar lugar a marinas, parques aquáticos, clubes de recreio, portos fluviais e marítimos ou aeroportos junto a áreas metropolitanas densamente povoadas;
- do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã, que freqüentemente é alijada do processo por não apresentar qualificação profissional adequada, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados e, portanto, mal remunerados.

Sob tal modelo encontramos vários mega-empreendimentos turísticos de capitais globais, que estão sendo implantados com incentivos do PRODETUR-NE, já na sua segunda fase de atuação na Região Nordeste, cuja primeira fase foi iniciada nos primeiros anos da década de 1990, contemplando o segmento “sol e praia”. Em áreas de praias quase desertas, de rara beleza cênica, de baixa densidade populacional, ocupadas eventualmente por pequenas aldeias de pescadores, impõem novas territorialidades que estão modificando radicalmente o mapa e a paisagem regional. A título de exemplo, transcrevemos um texto, publicado num jornal de grande circulação no Brasil:

Até 2007, 19 redes hoteleiras que já operam ou pretendem se instalar no País deverão inaugurar 23 novos empreendimentos, a maior parte no segmento de *resorts*. Apenas no litoral norte da Bahia, em uma faixa de 85 quilômetros ao norte de Salvador, quatro novos mega *resorts* irão representar uma injeção de R\$1,2 bilhão no Estado. Os grupos portugueses Vila Galé e Reta Atlântico, o espanhol Iberostar e o italiano Orísio planejam resorts sofisticados para aquela que é considerada a faixa mais cobiçada do litoral nordestino (*Estado de São Paulo*, 22-06-2004).

Além de visarem ao turista doméstico e internacional de modo geral, esses grupos costumam atrair clientes de seus países de origem. Contam, para isso, com redes próprias ou parceiras de operadores e agentes de viagem, configurando a rede verticalizada à qual nos referimos. É o caso do grupo espanhol Iberostar, com a construção de um *mega-resort* orçado em US\$200 milhões na Praia do Forte, também no litoral da Bahia, onde se instalam quatro hotéis e um campo de golfe, entre outros equipamentos, em uma área aproximada de 2 milhões de metros quadrados e um quilômetro de praia. Além de administrar 75 hotéis pelo mundo, o grupo espanhol é proprietário de uma grande operadora (Iberojet), uma rede com mais de 450 agências (Viajes Iberia) e parceiro de diversas agências européias, como a tradicional Thomas Cook. A empresa possui ainda uma companhia aérea para vôos fretados, a Iberoworld, com 11 aviões de médio e grande portes.

Subordinado a outra lógica, apresentamos um modelo territorial de turismo, o qual nomeamos de proposta humanista, que é concebida, implantada e gestionada pelos vários segmentos que compõem a população local, mobilizando recursos endógenos, expressando o que Milton Santos denomina de exercício das horizontalidades, ou seja, o fortalecimento de uma integração solidária local. Referindo-se às horizontalidades, Milton Santos afirma: “na verdade são contra-racionalidades, isto é, formas de convivências de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (Santos, 2000: 110).

As reflexões a seguir dizem respeito à implantação do turismo em territórios anteriormente apropriados e que, pelo menos, atendem aos seguintes requisitos: a) os recortes territoriais mantêm um adensamento populacional que permitia vínculos sócio-espaciais entre seus habitantes, expressando uma apropriação territorial, ainda que simbólica; b) as atividades econômicas que davam suporte a estas comunidades –monoatividade ou poliatividade– encontram-se em crise ou em vias de transformação, não permitindo mais o suprimento das necessidades comunitárias, pelo menos, as básicas; c) as comunidades não se encontram geograficamente isoladas, articulando-se minimamente com o exterior por uma rede de transportes e de comunicação; d) o território dispõe de um capital social e material capaz de alavancar mudanças que transformem estes territórios em meios inovadores através do empreendedorismo local.

A fim de fundamentar esta proposta valemo-nos do modelo de Boisier (2001) apresentado como sendo uma estrutura conceitual para o desenvolvimento, que está fundamentado em quatro marcos que o autor denomina de: marco valórico, marco instrumental, marco endógeno e marco sinérgico. O autor coloca no centro do conceito de desenvolvimento a valorização do ser humano enquanto ser individual e social, sinalizando como requisito fundamental a possibilidade de todo indivíduo alcançar sua plena dignidade enquanto sujeito do desenvolvimento, elegendo os valores: liberdade, democracia, justiça, ética, estética, solidariedade como decisivos (Boisier, 2001:24). Enunciamos a seguir as características deste modelo, que adaptamos para o turismo:

- o marco territorial constitui um território zonal, portanto contíguo, perseguindo-se a sustentabilidade em todas as suas dimensões, apesar de termos sempre manifestado uma certa desconfiança em torno da expressão desenvolvimento sustentável que, como rótulo, é empregado de maneira generalizada podendo significar, de acordo com quem a utiliza, apenas falácia ou engodo. Porém, não resta a menor dúvida que esta expressão, do ponto de vista semiológico, tem uma abrangência monossêmica unificando todo discurso sobre sustentabilidade, subordinada aos princípios de eficácia econômica, justiça social e conservação ambiental, conforme propostas do relatório *Our Common Future* (1987) divulgadas com maior ênfase, a partir da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro);
- o marco valórico é ancorado na democracia, na justiça, na ética e na solidariedade, entendendo que o ser humano, como indivíduo e como sujeito coletivo, vive em sociedade e tem, antes de tudo, um compromisso com os seus semelhantes;
- o marco material ou instrumental reúne os recursos materiais, as condições de pleno emprego com dignidade, a distribuição equitativa dos benefícios e o uso de tecnologias de baixo impacto,

incentivando o resgate dos saberes tradicionais, elementos fundamentais para empreendimentos de turismo rural, só para citar um segmento;

- o marco endógeno propõe a valorização do capital cognitivo, cultural, simbólico, priorizando a identidade territorial . Aqui também colocam-se os valores cívicos e institucionais, sendo imprescindível a participação do estado, que não pode ser isentado das suas funções básicas, muito pelo contrário, o setor público é fundamental para dar respaldo material e jurídico ao projeto.

A dimensão política nos remete às relações de força por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os sujeitos sociais, bem como à formação de identidades sociais e práticas de gestão. Na prática política há normalmente um desequilíbrio nas relações de poder, onde alguns atores o exercem, enquanto outros a eles se subordinam. Com muita frequência os interesses pessoais ou de alguns grupos estabelecem prioridades de ação a fim de auferir vantagens que se sobrepõem ao coletivo. A estrutura do poder entre os sujeitos presentes no território é uma combinação variável entre o peso relativo dos empreendedores locais e das relações estabelecidas com o exterior. O exercício de poder dos sujeitos no lugar e sobre o lugar dá-se, de um lado, pela capacidade de construção das mediações necessárias ao funcionamento do sistema local de modo a fortalecê-lo e, de outro lado, ao lançar mão de meios externos para assegurar sua reprodução. Os empreendedores locais, qualquer que seja a modalidade da mediação, seja como membro de uma cadeia integrada ou franqueada, seja como membro inserido em redes institucionais amplas (veja-se, por exemplo, a rede DLIS–Desenvolvimento Local Integrado Sustentável), podem contribuir para expansão do sistema local, amparando-se no poder que lhes confere a aludida articulação e inserção. Essa capacidade de mediação interfere muito no peso relativo dos sujeitos sobre os lugares. Assim, os vários segmentos envolvidos no turismo necessitam negociar suas estratégias com o poder público local, colocado em posição de arbitragem. Cabe a ele mediar a relação/oposição com outras lógicas que podem definir a supremacia para outros setores da economia, como por exemplo, da indústria, do comércio, da agricultura, da pesca, da aqüicultura. Na verdade, a pluriatividade dá mais margem de manobra para os territórios, atribuindo-lhes maior autonomia.

Tal modelo de território se assemelha, grosso modo, ao que tem sido relatado na literatura pelo Grupo Europeu de Pesquisas sobre Ambientes Inovadores (GREMI), cujos estudos e debates em países da União Européia, particularmente da Itália, foram dirigidos por Giacomo Becatini, Sebastiano Brusco, Fabio Sforzi e Gioacchino Garafoli, sendo divulgados sob o título de *Local Productive Systems*, referindo-se na sua maioria aos antigos distritos industriais marshallianos, que

acabaram dando respaldo científico à teoria do desenvolvimento local, como relata Veiga (2002).

Têm aparecido na literatura especializada relatos de projetos que, sob a proposta de desenvolvimento do turismo com base local, estão se dando na América Latina, como na Costa Rica (Morera, 1998), na Argentina, (Varisco, 2004) e muitos no Brasil, como o projeto de agroturismo no estado do Espírito Santo (Portuguez, 1999), o Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, na região metropolitana de Curitiba (Tarlombani, 2001), além de outros estudados pelo grupo Turismo e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (RS), dirigido por Joaquim Anécio de Abreu, só para citar alguns exemplos, sem nenhuma intenção de ser exaustiva.

ENCAMINHANDO NOVAS REFLEXÕES

A contigüidade espacial entre os sujeitos envolvidos com o turismo não garante, de fato, sua cooperação, a qual depende, antes de tudo, da capacidade de construir novas territorialidades através de um consenso local que permita a união de forças, tendo em vista um objetivo comum. A fragmentação das diferentes culturas, constituindo multiterritorialidade pode ser vista tanto pelo seu viés alienante, reprodutora de opressão e exclusão social, como pela sua força de articulação, oposição e resistência no efetivo exercício das horizontalidades, processo que poderá ensejar a apropriação e consolidação do território em novas bases. A administração pública tende a se tornar flexível também, a fim de responder aos anseios da comunidade, abrindo-se à participação da sociedade civil organizada nas decisões. Isto se deve fortemente ao crescimento das organizações não-governamentais, com o conseqüente aumento do poder de barganha no cenário político. Palavras como *stakeholders* e *empowerment* passaram a ser usadas com frequência a partir da década passada (anos 1990). Todavia, é importante salientar que, apesar do discurso de participação e “empoderamento”, os organismos internacionais não deixaram de influenciar, padronizar e controlar as decisões. Observa-se, lamentavelmente, com muita frequência, a interferência dos agentes externos na orientação das ações coletivas locais, transformando a chamada participação popular em estratégias de dominação e não como um caminho para o exercício pleno da cidadania. Isto já é perceptível em alguns casos de projetos turísticos em território brasileiro, os quais são apresentados até na literatura especializada, decorrente de eventos científicos, como iniciativas muito exitosas. É o caso da Prainha do Canto Verde, no estado do Ceará e de Silves e Mamirauá, no estado do Amazonas, amparadas por ONGs, só para citar alguns exemplos.

Não se deve negligenciar o papel dos novos fluxos de população residente que demandam os territórios turísticos com fins de trabalho, trazendo pouca ou nenhuma qualificação profissional, pouco ou nenhum

recurso material, mas muita esperança de se engajar no mercado de trabalho, formal ou informal. Este é um tema complexo que não tem sido tratado nos estudos acadêmicos. Esta população é vista freqüentemente como um mal necessário e a ela são imputadas todas as mazelas dos territórios rápida e densamente turistificados. Habitam em barracos ou em casas autoconstruídas em terrenos ilegalmente ocupados, geralmente em bairros periféricos que se multiplicam em territórios muitas vezes protegidos por legislação ambiental restritiva. Tristes exemplos que podem ser observados na Serra do Mar, junto ao Guarujá, e nas periferias serranas de Campos de Jordão, dois centros turísticos dos mais sofisticados do estado de São Paulo. Embora socialmente segregados, trata-se de territórios densamente consolidados, portadores de sólida consciência territorial construída sobre práticas cotidianas consensuais. A estética paisagística que caracteriza os bairros da periferia social do Guarujá é a da “pobreza tropical exuberante”, o reverso do cartão postal dos bairros nobres de Campos de Jordão, pastiche europeu, prova cabal de que a multiterritorialidade dos espaços turísticos coexiste de forma democrática, mesmo que, aparentemente, expresse contra-racionalidades.

Vale a pena, para finalizar, sugerir linhas de pesquisa que não só dêem sustentação a projetos de turismo com base local, mas também sirvam como canal para socializar o conhecimento neste tema de estudo, a fim de encorajar novos projetos em âmbito acadêmico, assim como dar subsídios para novas políticas e ações na prática turística.

BIBLIOGRAFIA

- Barel, Y. 1986 “Le social et ses territories” em Auriac, F. e Brunet, R. *Espaces, jeux et enjeux* (Paris: Fayard).
- Baudrillard, J. 1970 *La société de consommation* (Paris: Gallimard).
- Beni, M. 2003 *Globalização do turismo. Megatendências do setor e a realidade brasileira* (São Paulo: Aleph).
- Bertoncello, Rodolfo. 2002 “Turismo y territorio. Otras practicas, otras miradas” em *Revista Aportes y Transferencias* (Mar del Plata) 6 (2).
- Boisier, Sergio 2001 “Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial”. em *Revista Interacciones* (Campo Grande) Vol. 2, N° 3.
- Bourdieu, P. 1990 *Coisas ditas* (São Paulo: Brasiliense).
- Bourdieu, P. 1989 *O poder simbólico* (São Paulo: Difel).
- Brunet, R. 1990 *Territoire dans les turbulences* (Montpellier: Reclus).
- Butler, R. W. 1980 “The Concept of a Tourism Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources” em *Canadian Geographer*, N° 24.

- Cavaco, C. 2006 “Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta” em Almeida, J. A. e Souza, M. (orgs.) *Turismo rural. Patrimônio, cultura e legislação* (Santa Maria: Facos-UFSM).
- Cavaco, Carminda 1996 “Turismo rural e desenvolvimento local” em Rodrigues, Adyr B. (org.) *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoque regionais* (São Paulo: Hucitec).
- Chadefaud, M. 1987 *Aux origines de tourisme dans les pays de l’Adour du mythe a l’espace: um essai de géographie historique* (Pau: Département du Géographie et d’Aménagement de l’ Université du Pau).
- Coriolano, L. M. 2004 *Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas*. Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Sergipe.
- De Masi, D. 2000 *O ócio criativo* (Rio de Janeiro: Sextante).
- Di Meo, G. 1996 *Les territoires du quotidien* (Paris: L’Harmattan).
- Di Meo, G. 1991 *L’Homme, la société, l’espace* (Paris: Anthropos).
- Figueiredo Santos, J. M. 2002 *Turismo - mosaico de sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística* (Lisboa: Colibri).
- Gama, A. e Santos, N. P. 1991 “Tempo livre, lazer e terciário” em *Actas da II Jornada de Geografia Humana: Terciário e desenvolvimento* (Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos).
- Guattari, F. 1985 “Espaço e poder: a criação de territórios na cidade” em *Espaço e Debates*, 5 (16).
- Haesbaert, R. 2005 “Da desterritorialização à multiterritorialidade” em *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* (São Paulo).
- Haesbaert, R. 2004 *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Hiernaux-Nicolas, D. 1994 “En busca del Edén. Turismo y territorio en las sociedades modernas” em *Revista Ciudades, Red Nacional de Investigación Urbana* (Universidad Autonoma de Puebla).
- Mantero, J. C. 2004 “Desarrollo local y actividad turística” em *Revista Aportes y Transferencias* (Mar Del Plata) 8 (1).
- Marchena Gomez, M. s/d. *Un ejercicio prospectivo: de la industria del turismo “fordista” al ocio de la producción flexible* (Sevilha) (mimeo).
- Miossec, J. M. 1977 “Un modèle d’espace touristique” em *L’Espace géographique* (Paris) 6 (10).
- Molina, A. 2003 *O pós-turismo* (São Paulo: Aleph).
- Moreno, Luís 2002 *Desenvolvimento local em meio rural. Caminhos e caminhantes*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Morera, C. M. 1998 *Turismo sustentable em Costa Rica* (Quito: Abya-Yala).

- Moscovici, Serge. 1981 "The Phenomenon of Social Representations" em Farr, R. M. e Moscovici, S. (orgs.) *Social Representations* (Cambridge: University of Cambridge).
- Pearce, P. L. e Moscardo, Gianna 2002 "Análise do turismo comunitário – fazendo as perguntas certas" em Pearce, D. e Butler, R. W. (orgs.) *Desenvolvimento do turismo. Temas contemporâneos* (São Paulo: Contexto).
- Portuguez, A. 1999 *Agroturismo e desenvolvimento regional* (São Paulo: Hucitec).
- Raffestin, C. e Turco, A. 1984 "Espace et pouvoir" em Bailly, A. *Les concepts de la géographie humaine* (Paris: Masson).
- Raffestin, C. 1993 *Por uma geografia do poder* (São Paulo: Ática).
- Rodrigues, Adyr Balastrieri 2003 "Patrimônio, território y empreendedorismo: pilares del desarrollo del turismo con base local" em *Revista Aportes y Transferencias* (Mar del Plata) 2 (7).
- Rodrigues, Adyr Balastrieri 1996 "Percalços do planejamento turístico" em Rodrigues A. B. (org.) *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record).
- Santos, Milton e Silveira, María Laura 2001 *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI* (Rio de Janeiro: Record).
- Seguí Lhinas, M. 1996 "El espacio turístico y su consumo en la isla de Mallorca" em Rodrigues, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais* (São Paulo: Hucitec).
- Tarlombani, M. A. 2001 "Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local" em Rodrigues, A. B. (org.) *Turismo rural. Práticas e perspectivas* (São Paulo: Contexto).
- Tizon, Ph. 1996 "Qu'est-ce que le territoire" em Meo, Gui (org.). *Les territoires du quotidien* (Paris: L'Harmattan).
- Touraine, A. 1969 *La société post-industrielle* (Paris: Denöel).
- Varisco, Cristina 2004 "El cluster turístico de Miramar" em *Revista Aportes y Transferências* (Mar del Plata) 8 (2).
- Veiga, J. E. 2002 "A face territorial do desenvolvimento" em *Revista Interações* (Campo Grande) 3 (5).
- www.dlis.com (Desenvolvimento Local Integrado Sustentável).